

DIOGO GUEDES RAMINA

EVOLUÇÃO E CENÁRIO DA ECONOMIA PARANAENSE

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito necessário à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Fábio Dória Scatolin

CURITIBA

2004

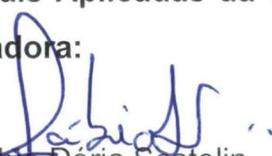
TERMO DE APROVAÇÃO

DIOGO GUEDES RAMINA

EVOLUÇÃO E CENÁRIO DA ECONOMIA PARANAENSE

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Professor Fábio Dória Scatolin
Departamento de Ciências Econômicas


Professor Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas


Professor Divonzir Lopes Beloto
Departamento de Ciências Econômicas

Curitiba, 03 de dezembro de 2004

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	III
LISTA DE SIGLAS	IV
LISTA DE TABELAS	V
RESUMO	VI
INTRODUÇÃO	1
1 – A EVOLUÇÃO DA DINÂMICA ESTADUAL DURANTE OS ANOS 80 E 90	5
1.1 – POPULAÇÃO.....	8
1.2 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	10
1.3 – EXPORTAÇÕES.....	12
1.4 – PRODUTO INTERNO BRUTO.....	14
2 – O PANORAMA ATUAL	18
2.1 – POPULAÇÃO.....	19
2.2 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	20
2.3 – EXPORTAÇÕES.....	23
2.4 – PRODUTO INTERNO BRUTO.....	25
3 – UM CENÁRIO PARA A ECONOMIA ESTADUAL	27
3.1 – POPULAÇÃO.....	28
3.2 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	30
3.3 – EXPORTAÇÕES.....	33
3.4 – PRODUTO INTERNO BRUTO.....	35
4 – CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTADUAL.....	9
GRÁFICO 2 – O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ESTADUAL.....	11
GRÁFICO 3 – O VOLUME DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES.....	13
GRÁFICO 4 – O PIB ESTADUAL A PREÇOS CONSTANTES.....	17
GRÁFICO 5 – A DINÂMICA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE CONSUMIDORES.....	21
GRÁFICO 6 – PRINCIPAIS MERCADOS CONSUMIDORES.....	24
GRÁFICO 7 – PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE.....	30

LISTA DE SIGLAS

- ALICE-WEB – Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet.
- CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos.
- COPEL – Companhia Paranaense de Energia.
- CORECON – Conselho Regional de Economia.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – A POPULAÇÃO PARANAENSE.....	19
TABELA 2 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS ANOS RECENTES.....	21
TABELA 3 – SITUAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS.....	23
TABELA 4 – RECENTE EVOLUÇÃO DO PIB.....	26
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTADUAL.....	29
TABELA 6 – PROJEÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	32
TABELA 7 – PROJEÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS.....	35
TABELA 8 – PROJEÇÃO DO PRODUTO NACIONAL.....	36
TABELA 9 – PROJEÇÃO DO PRODUTO ESTADUAL.....	38

RESUMO

A presente monografia trata da elaboração de um cenário para a economia paranaense abordando quatro variáveis básicas: População, Consumo de Energia Elétrica, Exportação e PIB. O objetivo desse trabalho é apontar as tendências dessas variáveis nos próximos anos. Inicia-se fazendo uma análise do passado recente sobre a dinâmica dessa economia nas últimas duas décadas do século XX. Após a reflexão sobre o comportamento das variáveis básicas no passado, parte-se para o estudo da análise conjuntural dessa economia. A análise utilizada enfoca de maneira mais profunda os principais fatores determinantes das variáveis utilizadas. Com base no comportamento das variáveis básicas, obtém-se cenário para os próximos anos. A conclusão faz uma análise dos resultados obtidos durante todo o trabalho, dando um enfoque especial às principais tendências de cada variável estudada e a interação existente entre elas.

Palavras-chave: Economia; Estadual; Tendências; Variáveis.

INTRODUÇÃO

A economia do Paraná passa por um processo de transformação da base produtiva. Alguns ciclos econômicos marcaram a história da economia paranaense nos últimos dois séculos e cada ciclo teve como característica o aprofundamento progressivo das relações econômicas com o resto do Brasil. De um Estado isolado economicamente no ciclo do mate para um ambiente com algumas relações no ciclo da madeira, atingindo uma maior ligação com a política econômica nacional através da economia cafeeira.

Uma nova dinâmica estadual se consolidou nas últimas décadas, mais especificamente entre a década de 60 e o final de 90, na qual a economia regional aprofunda suas ligações com a economia nacional. Essa nova dinâmica, caracterizada por um processo de industrialização, proporcionou cinco interpretações durante as diferentes etapas desse período sobre o desenvolvimento da economia paranaense.

Uma primeira interpretação refere-se à possibilidade do Estado avançar na industrialização através da substituição de importação. Pelas condições econômicas pela qual passava o Estado e o Brasil na época entende-se que essa interpretação fracassou. O principal problema para o IPARDES era que "(...) o cerne da questão da industrialização brasileira não se resumia, como se pensava, à montagem de setores modernos, mas ao predomínio do capital internacional no setor de bens duráveis e bens de produção, apoiado pelo capital estatal (...)" (IPARDES, 1985, p. 1). Entretanto, a maior falha dessa interpretação foi seu caráter de isolamento estadual.

A segunda interpretação, chamada de pessimista, era fundamentada no modelo clássico cepalino de centro-periferia. Com Pedro Calil Padis sendo o principal nome dessa corrente. Padis considerava que a concentração da industrialização em São Paulo condicionava às demais regiões brasileiras um caráter de meros fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas àquele Estado. As divisas das demais regiões brasileiras seriam direcionadas para o Estado paulista, com o propósito de impulsionar ainda mais o processo industrializante desse Estado. O desenvolvimento econômico do Paraná estaria condenado à expansão periférica do Estado paulista.

A terceira interpretação surgiu no final dos anos 60, a chamada visão realista. Essa corrente acreditava que o Estado do Paraná desenvolveria sua economia de forma a complementar a indústria paulista. A modernização da produção agrícola, o surgimento de uma agroindústria forte e a instalação de grupos de metal-mecânica foram os fatores fundamentais dessa interpretação. O Estado ao invés de tentar impor uma competição com a indústria paulista deveria servir como complemento para essa indústria.

A interpretação crítica elaborada pelo IPARDES no início da década de 80 vai contra a determinação do desenvolvimento econômico paranaense ser imposta pelo Estado de São Paulo. Segundo essa interpretação, o Paraná possui elementos endógenos suficientes para gerar independentemente o crescimento de sua economia. O crescimento da indústria paulista impõe os limites do desenvolvimento regional, mas não impede a expansão de segmentos agrícolas e industriais próprios da região.

Após a análise sobre as quatro diferentes interpretações sobre a dinâmica da economia paranaense nas últimas décadas, faz-se necessário adotar um novo modelo da dinâmica do desenvolvimento estadual que tomou novos rumos a partir da década de 90. Os economistas MACEDO, VIEIRA e MEINERS em seu artigo na Revista Paranaense de Desenvolvimento denotam essa nova interpretação sobre o desenvolvimento paranaense com o título de “modelo de integração da economia paranaense à rede de núcleos dinâmicos da economia brasileira”.

Essa nova interpretação dos rumos que a economia paranaense passou a seguir nos anos mais recentes consiste em uma dinâmica de produção da economia estadual menos dependente do centro produtor nacional, o Estado de São Paulo. Essa nova dinâmica não nega a forte influência exercida pela economia paulista, apenas se faz uma tentativa de explicar os novos rumos que a produção estadual vem tomando. Os núcleos da dinâmica da economia paranaense possuem como tendência uma ligação mais ampliada e diversificada em relação a seus parceiros, onde vale constatar o aumento do comércio estadual para com as demais regiões brasileiras como também para as mais diversas regiões do globo. A produção estadual não passa mais obrigatoriamente ou complementarmente pelo centro paulista.

No ramo agrícola também ocorreram diversas transformações, tanto nas formas de produção quanto nos produtos produzidos. O café que era até a década de 70 o principal produto da economia agrícola estadual perdeu espaço para a produção da soja, que assumiu o papel de principal arrecadador de divisas do Estado. A exigência dos novos mercados consumidores por produtos de maior refino transformou o processo de produção. Desapareceram as pequenas propriedades rurais, com produção extensiva, para o fortalecimento de grandes propriedades cuja produção possui melhores condições de agradar os mercados estrangeiros devido ao seu caráter de larga escala. Novas tecnologias e formas de adicionar valores agregados foram introduzidos na agropecuária estadual nessas últimas décadas, o que fez surgir um forte agronegócio no Estado. O artigo dos autores SEREIA, NOGUEIRA e CÂMARA relata bem as mudanças estruturais ocorridas na agropecuária paranaense durante os anos mais recentes. Para os autores:

(...), foram concluídas as instalações dos complexos agroindustriais e os complexos já instalados se modernizaram. A pressão dos custos sobre a matéria-prima passou a inviabilizar as unidades menores, que utilizavam baixo padrão tecnológico. Houve concentração agroindustrial e agigantamento das grandes plantas industriais, devido à modernização e à mudança do padrão tecnológico. Essas transformações propiciaram a retomada do crescimento das exportações paranaenses com a oferta crescente de produtos agroindustriais na década de 90 (SEREIA, NOGUEIRA, GABARDO, 2002, p. 48).

O novo processo de industrialização ocorrido nos anos 90 se deu de forma segmentada e específica, com vultosos investimentos em setores de bens de consumo duráveis e não duráveis, ao contrário dos investimentos verificados na década de 70, onde foram priorizadas as indústrias de base. Essa inversão de investimentos para esses tipos de bens teve forte influência pela estabilização dos preços e pela recuperação do poder de compra do mercado interno nacional, promovido pelo Plano Real. A abertura comercial ocorrida na década de 90 expôs as indústrias estaduais à concorrência estrangeira, obrigando a modernização do processo de produção, tal como dito por NOJIMA em seu artigo na Revista Paranaense de Desenvolvimento, em que "(...) a indústria paranaense emitiu sinais importantes de ampliação da qualidade e da produtividade, assim como de retomada de inversões de caráter modernizante(...)"(NOJIMA, 2002, p. 28).

Pelos parágrafos anteriormente citados percebem-se mudanças em diversos setores produtivos da economia paranaense, mudanças essas verificadas no

comportamento das variáveis estudadas do Estado do Paraná. O problema dessa monografia é definir a tendência que essas variáveis irão tomar nos próximos anos.

O objetivo principal desse estudo será o de elaborar um cenário para a economia paranaense nos próximos anos, tendo como base a experiência do passado.

Para tanto a monografia está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, após esta introdução, o comportamento das variáveis no passado recente são analisados. O segundo capítulo baseia-se numa análise da conjuntura paranaense e o comportamento destas variáveis. No terceiro capítulo são discutidas as tendências das variáveis analisadas. Na conclusão é feita uma síntese dos principais resultados encontrados.

1) A EVOLUÇÃO DA DINÂMICA ESTADUAL DURANTE OS ANOS 80 e 90

Para se fazer uma projeção de cenário econômico faz-se necessário um estudo do passado e uma análise do presente na economia. O estudo do passado serve para mostrar a tendência que a economia segue durante o tempo. Qualquer estudo na área econômica deve ser focalizado na análise de um limitado número de variáveis devido à complexidade das relações econômicas existentes e a grande dificuldade de se mensurar as suas interligações. Neste capítulo estudaremos o passado recente da economia paranaense nos anos 80 e 90, e suas transformações durante o tempo, para tanto, usaremos quatro variáveis importantes dessa economia (População, Consumo de energia elétrica, Exportações e o Produto Interno Bruto).

Como não poderia deixar de ser, o Estado do Paraná encontra-se em um contexto econômico influenciado pela economia brasileira e mundial. Durante as duas últimas décadas o mundo sofreu diversas transformações nas mais variadas áreas. Como exemplo dessas transformações, podemos citar a popularização dos microcomputadores que modificou a forma de produção nos diversos setores de produção, o que muitos afirmam ser a terceira revolução industrial.

No final dos anos 70, o governo norte-americano, preocupado com a tendência progressiva de desvalorização do dólar e o seu possível abalo com relação ao seu padrão monetário internacional, elevou a *Prime Rate*¹. A taxa interbancária do mercado Londrino também foi elevada. Essa elevação na taxa de juros feita pelos governos norte-americano e inglês mergulhou o mundo capitalista numa recessão verificada na década seguinte. Países como o Brasil, cuja dívida estava diretamente ligada ao dólar, sofreram com a valorização desse. Inúmeras empresas, que necessitavam de crédito internacional para prosseguir seu funcionamento, quebraram. O crédito estava cada vez mais escasso e com um custo elevadíssimo.

Nos anos 80, os Estados Unidos assumem o papel de economia hegemônica mundial, principalmente após a queda da União Soviética. A nova ordem da economia seria ditada por três fatores fundamentais: abertura, desregulamentação e privatização.

¹ Taxa preferencial de juros cobrada pelos bancos dos Estados Unidos aos tomadores de crédito de boa conceituação no mercado. A taxa foi elevada de 8% para 21.5% ao ano.

O Brasil passou por uma década de 80 bastante conturbada, onde as dificuldades na obtenção de crédito internacional, o aprofundamento de sua dívida e a hiperinflação foram as características marcantes na economia brasileira nesse período. A moratória mexicana em 1982 foi determinante na trajetória da economia brasileira, pois a partir desse fato o país passou a adotar as recomendações feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O Fundo recomendava o pagamento das dívidas através de exorbitantes superávits comerciais, o que comprometeu a situação fiscal interna. A emissão desregulada de papel-moeda provocava a inflação inercial, ocasionando um ambiente instável economicamente. Os anos 80 foram marcados por uma década recessiva para a economia nacional.

Os anos 90 foram marcados por grandes transformações econômicas, ditadas principalmente por quatro importantes fatores: as privatizações, reestruturação industrial, estabilidade monetária e a abertura econômica.

As privatizações tinham por finalidade transferir as empresas estatais à iniciativa privada, buscando arrecadar divisas para a redução da dívida brasileira, a recuperação dos investimentos em áreas de infra-estrutura e à maior competitividade do Brasil no cenário mundial.

A reestruturação industrial se baseou em medidas modernizantes, já que as indústrias nacionais seriam expostas à competição internacional. As medidas adotadas foram as reestruturações técnicas, produtivas e gerenciais das empresas. Essas medidas visavam fundamentalmente maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade, para a redução de um possível impacto negativo ocorrido na concorrência direta com as empresas estrangeiras.

A estabilização monetária, ocorrida através do Plano Real em 1994, visava o controle da inflação, a recuperação do poder de compra da população e a um maior horizonte de previsibilidade das empresas. Para que o plano obtivesse sucesso foram adotadas três medidas fundamentais: sobrevalorização cambial, juros reais elevados e desequilíbrios das contas públicas.

A quarta grande transformação foi a abertura econômica através de barreiras não-tarifárias. Essa transformação teve início em 1988, com a gestão do Governo Sarney e aprofundada durante toda a década de 90. Faz parte dessa abertura econômica a criação do Mercosul, que visava a criação de um mercado consumidor forte e atraente para os investimentos externos. A maior mudança provocada pela

abertura econômica foi a exposição das empresas nacionais para com as empresas estrangeiras, fazendo com que as empresas modernizassem suas formas de produção, bem como seus produtos.

Antes de iniciarmos a discutir a situação paranaense nos anos 80 e 90, se deve remeter aos anos 60, que foi onde iniciaram-se as mudanças estruturais estaduais e que serve como base para uma melhor compreensão da situação atual.

No início da década de 60, o Paraná era um Estado fraco e desarticulado economicamente. O norte cafeeiro era extremamente interligado a São Paulo, devido às suas características de ocupação e a maior facilidade de comunicação para com esse Estado. Os excedentes gerados por essa economia eram controlados pelas casas bancárias paulistas, o que dificultava o surgimento de uma economia industrial nessa região. As demais regiões eram áreas de pouca comunicação e de economias pouco produtivas. O que prevalecia nessa época eram agriculturas pouco dinâmicas e de baixa integração com o mercado. As poucas indústrias existentes no Estado situavam-se na região compreendida pelo eixo Curitiba-Paranaguá, e eram indústrias cuja produção baseava-se em produtos primários de baixo valor agregado.

Após a constatação dos problemas mencionados, o primeiro governo Ney Braga concentrou seus esforços para a melhoria e diversificação do sistema de infraestrutura estadual, com o propósito de atrair a instalação de novas indústrias. A criação de diversos órgãos estaduais (como a Codepar, Sanepar, Telepar, Fundepar, Celepar, BRDE, entre outros) foi responsável pela elaboração da infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento econômico estadual. O Governo investiu vultosas quantias de capital para que o Estado contasse com os insumos necessários à diversificação de seu parque industrial, tais como: o fornecimento de energia elétrica, telecomunicações, construção e modernização do porto, rodovias e saneamento.

A infra-estrutura construída e modernizada na década de 60 foi responsável pelo elevado crescimento econômico estadual e pela instalação de novos setores de produção nos anos 70. Exemplos dessa nova dinâmica estadual nos anos 70 foram as instalações da refinaria de petróleo em Araucária, a instalação da montadora Volvo e a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Nesse período os setores tradicionais da economia estadual sofreram um processo modernizante no sistema de produção, tais como os ramos de madeira, papel e celulose e a agropecuária.

Os anos 80 foram marcados para o Paraná, bem como para o Brasil, por um desempenho econômico fraco. Ocorreu um estancamento na política de diversificação da base econômica estadual, deixando a economia dependente do desempenho do agronegócio. O Estado ficou vulnerável às tendências de preços dos produtos primários, com suas respectivas fragilidades em seus termos de troca. As políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Federal foram um dos responsáveis por tal processo de paralisia na industrialização paranaense. Entretanto, o Estado continuava com o processo de modernização do setor agrícola.

Os anos 90 foram marcados por um resgate na política industrializante estadual. O Plano Real e a abertura econômica fizeram com que os investimentos externos retornassem de forma vigorosa, fomentando um movimento de desconcentração industrial da região sudeste para as outras regiões brasileiras. O estado paranaense estava dotado de todos os pré-requisitos necessários para a instalação de novas indústrias. O Paraná possuía uma infra-estrutura privilegiada, mão-de-obra barata e com pouca organização sindical e proximidade para com os grandes mercados consumidores. Para atrair essas novas indústrias, o Estado necessitou investir na ampliação de sua rede de infra-estrutura. Tal processo se teve com a melhoria e ampliação das rodovias, aumento na oferta de energia e expansão e modernização da rede de telecomunicações – proporcionada principalmente pela privatização da Telepar.

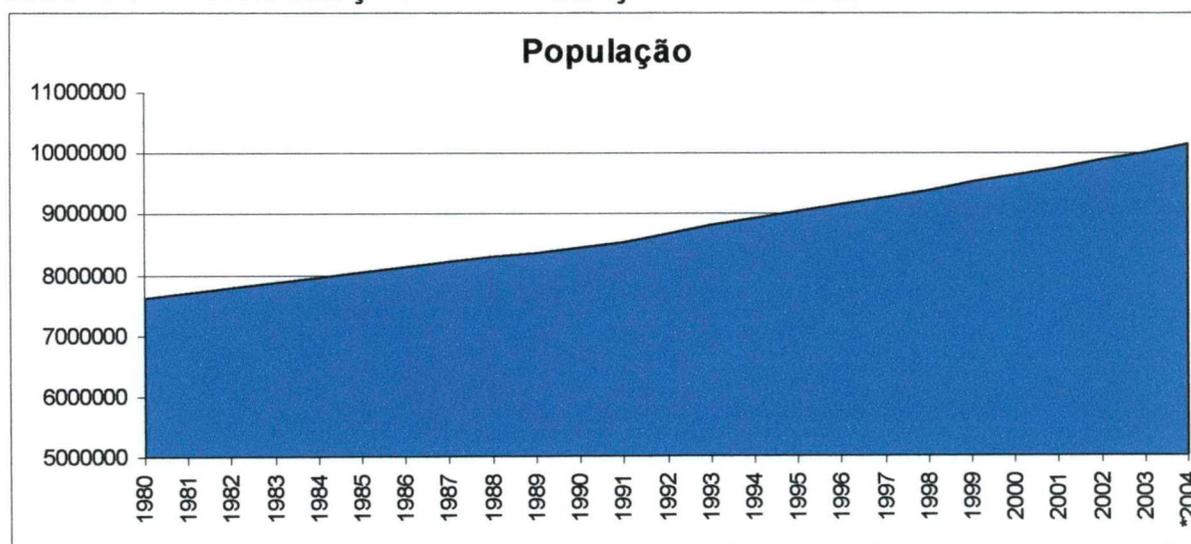
1.1) POPULAÇÃO

A década de 1970 foi um período de grande euforia na área econômica brasileira, e como a área econômica está intimamente ligada com a área social ocorreram diversas influências nesta área também. O Estado do Paraná foi alvo de grandes expectativas devido a diversos fatores como a proximidade do maior mercado consumidor do país – o sudeste. Em 1970 a população paranaense era de 6.929.821 pessoas, estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu Anuário Estatístico do Brasil de 1975 apontavam que a

população estadual atingiria a casa dos dez milhões de habitantes em 1980², entretanto, o Paraná iniciava a década de 1980 com 7.616.430 habitantes.

A população estadual prosseguiu seu ritmo de crescimento durante os anos 80, a média de crescimento populacional foi inferior a 1% ao ano, motivo este que a cifra de oito milhões de pessoas só foi alcançada em 1985. O Brasil passava por uma brusca queda de crescimento populacional em comparação com a década anterior, enquanto o incremento populacional na década de 70 foi da ordem de 27,8%, a década de 80 foi de 23,4%. O Estado do Paraná que teve um aumento de apenas 9,9% durante os anos 70 viu sua taxa de crescimento populacional cair um pouco mais nos anos 80, quando teve um crescimento de 9,64%. A população paranaense em 1990 era de 8.441.855 de habitantes, ou seja, um crescimento bruto em relação a 1980 de pouco mais de oitocentos mil habitantes. Nota-se, no gráfico 1, que durante este período não ocorreu nenhuma alteração brusca na inclinação da curva da população paranaense.

GRÁFICO 1 – A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTADUAL



FONTE: IBGE

* Estimativa

A nova dinâmica da economia estadual nos anos 90, aliada com as condições sociais existentes e a propaganda feita na época, provocou um novo fluxo de imigrantes advindos de outros estados, bem como de outros países, para o Estado do Paraná. A abertura econômica atraiu inúmeras indústrias para o estado, o que

² Houve uma grande falha de projeção da população nesta década, algumas variáveis como a migração paranaense para outros Estados, a grande atração de mão de obra do Estado de São Paulo e a projeção super estimada do crescimento econômico estadual durante a década influenciaram para tamanho erro de projeção.

resultou numa grande demanda de mão de obra suprida pela onda de imigrantes que invadiram o âmbito estadual, principalmente na região metropolitana de Curitiba. O crescimento nesta década atingiu a taxa de 1,4% ao ano, taxa essa superior à da década de 70, a considerada década do milagre econômico. O Estado do Paraná sofria os mesmos efeitos vividos pelo Estado de São Paulo no início de sua industrialização e na grande fase de crescimento da década de 70. Pelo gráfico 1 percebe-se essa mudança no ritmo de crescimento, onde a inclinação da curva a partir de 1991 torna-se mais acentuada. A casa dos nove milhões de habitantes foi alcançada no início de 1995, fechando a década com 9.635.306 habitantes. O crescimento populacional foi da ordem de 14,14%, com um incremento bruto de mais de um milhão e cem mil habitantes, concentrados principalmente na região metropolitana de Curitiba.

1.2) CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O que se viu nas últimas duas décadas do século XX no âmbito estadual foi uma explosão no consumo de energia elétrica. O aumento neste consumo foi muito superior ao simples aumento verificado na taxa de crescimento populacional. Enquanto a população do Paraná entre 1980 a 2000 cresceu 26,5%, o consumo de energia cresceu no mesmo período a uma taxa de 174,8%. Os novos aparelhos eletrodomésticos, a implementação de novas tecnologias, novos métodos de produção e o novo comportamento das pessoas em relação a todas essas novidades proporcionaram este brusco aumento no consumo de energia elétrica. Vale destacar a popularização dos microcomputadores na sociedade durante este período. Devemos separar esse consumo em quatro grandes categorias – Residencial, Industrial, Comercial e Rural.

No que tange o âmbito do consumo residencial verifica-se uma mudança no comportamento do consumidor devido ao uso de novos aparelhos domésticos. O consumo médio de uma pessoa saltou de 1,34 MWh ano em 1980 para 1,99 MWh ano em 2000, atingindo 2 MWh ano em 1998. A expansão da rede elétrica e o acesso de novos consumidores também contribuíram para o aumento no total do consumo, saltando de 969.291 consumidores para 2.226.052 em 2000.

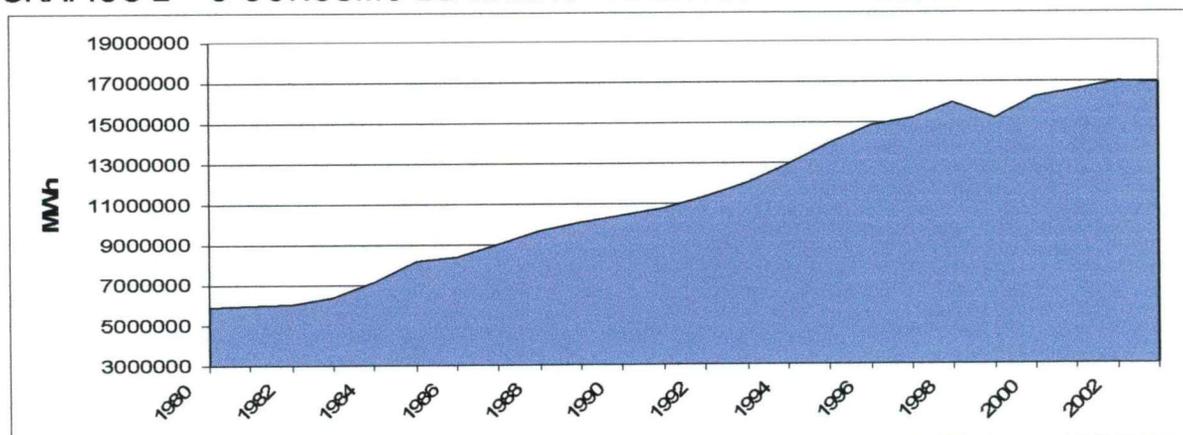
O consumo industrial apresentou uma queda no consumo médio das indústrias durante este período graças à utilização de novos processos produtivos e às máquinas de consumo mais moderado. Enquanto em 1980 uma indústria média consumia 168,53 MWh ano, em 2000 o consumo médio era de 155,30 MWh. Com o crescimento industrial verificado neste período, o número de indústrias teve um grande salto, partindo de 17.813 para 44.225 indústrias.

Na área do consumidor comercial verificou-se também um aumento no consumo médio dos estabelecimentos, bem como um grande aumento no número destes com acesso a energia elétrica. O consumo médio dos estabelecimentos comerciais passou de 6,61 MWh ano em 1980 para 10,58 MWh ano em 2000.

O que mais cresceu no consumo rural não foi o aumento no consumo médio, que teve um incremento pouco acentuado, mas sim o grande salto no número de consumidores destas regiões. O programa governamental de acesso à rede elétrica focalizou principalmente as comunidades rurais, onde poucos tinham o acesso a energia elétrica. Os consumidores rurais que em 1980 eram de 84.482 pessoas pulou para 286.710 em 2000.

O aumento no número de consumidores, tanto rural quanto urbano, bem como no número de indústrias e estabelecimentos, somados ao aumento no consumo médio do consumo residencial e comercial proporcionou em um elevado aumento na demanda por energia elétrica no estado. Essa demanda tem uma tendência ascendente durante o tempo conforme se pode verificar no gráfico 2 logo a seguir. Vale ressaltar que a única queda no consumo ocorreu no ano de 1999 devido à ameaça de “apagão” que assolou o país naquele momento.

GRÁFICO 2 – O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ESTADUAL



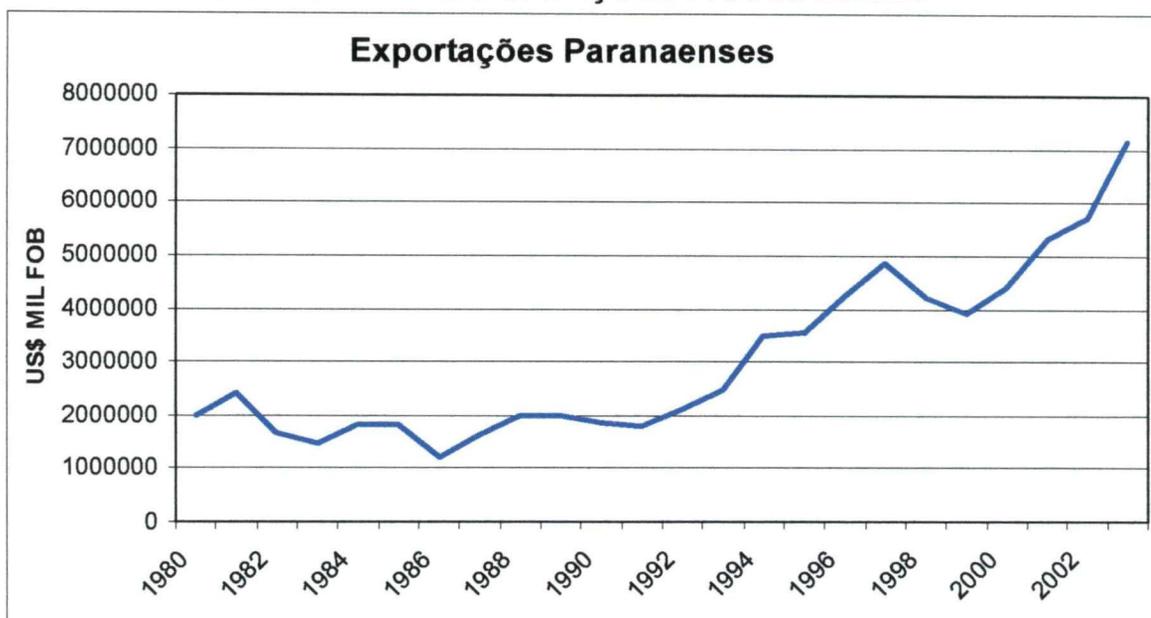
FONTE: COPEL

1.3) EXPORTAÇÕES

O Estado viveu nessas duas últimas décadas diversas transformações que influenciaram tanto o seu fluxo de exportações, quanto a sua pauta de produtos exportados. Em relação ao fluxo pode-se verificar um grande aumento no volume das exportações a partir do início da década de 90, devido ao aumento no comércio estadual para o então formado Mercosul, como também para novos parceiros comerciais. Em relação a sua pauta de exportações, o Estado se transformou de um tradicional exportador de produtos primários, para um Estado exportador de produtos tanto primários quanto industrializados.

O Estado do Paraná na década de 80 continuava com o seu processo de dinamismo econômico iniciado nas duas décadas anteriores, porém com um ritmo mais lento devido a problemas internos e externos, que mencionaremos mais adiante. Nota-se, entretanto, que ocorre um aumento significativo na participação dos produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) na pauta de exportações. Esses produtos que em 1980 representavam apenas 22,06% do total exportado, passam a compor 44% em 1990. Apesar desse crescimento dos produtos industrializados a pauta de exportações paranaense baseava-se fundamentalmente nos produtos básicos, ou de pouco valor agregado. Esses produtos primários respondiam por 76,47% das exportações paranaenses em 1980, caindo para 55,42% em 1990. O desempenho das exportações dependia invariavelmente do desempenho da produção agrícola, setor este muito suscetível a alterações. A produção agrícola nesta década sofria ora com recordes de produção, ora com influências climáticas e ora com as flutuações ocorridas nos mercados externos. Por tudo isso, as exportações paranaenses nos anos 80 sofreram diversos reveses, não apresentando uma trajetória regular e muito menos com uma tendência ascendente, conforme se pode notar no gráfico 3 apresentado a seguir.

GRÁFICO 3 – O VOLUME DE EXPORTAÇÕES PARANAENSES



FONTE: MDIC/SECEX

O forte aumento nas exportações paranaenses verificado nos anos noventa pode ser explicado por três importantes fatores: a abertura econômica brasileira; a implementação do Mercosul; e o início da nova fase de industrialização do Paraná. O governo de Fernando Collor proporcionou a abertura econômica do mercado nacional e o Paraná aproveitou-se dessa situação para a exploração de novos mercados internacionais. As exportações com destino a Ásia e ao Oriente Médio tiveram um grande impulso a partir dessa data. O início do Mercosul também foi fator preponderante para essa expansão, principalmente pela localização estratégica na qual situa-se o Estado do Paraná. Enquanto que em 1991 o Mercosul representava 7,24% das exportações estaduais com a soma de US\$ 130.839.763,00, em 2000 esse mercado já representava por 14,16% das exportações, com a quantia de US\$ 622.093.459,00. O terceiro fator que explica essa expansão é a nova onda de industrialização que ocorre no território estadual. A vinda das novas fábricas de automóveis, bem como a de suas fornecedoras, e o implemento de novos setores industriais permitiram na maior diversificação da pauta de produtos exportados pelo Estado, tornando-o menos dependente dos produtos agro-exportadores. Os produtos industriais assumem o papel de principal produto exportado, pela primeira vez na história paranaense, já no ano de 1993, com 51,34%. Os produtos agro-exportadores ultrapassam os industriais apenas em 1997 devido à colheita até então recorde da safra paranaense. O ano de 2000 fecha com

os produtos industriais representando 60,45% do total exportado. Vale ressaltar que o excelente desempenho do setor externo paranaense deve-se tanto ao fato da maior participação dos produtos industriais quanto ao aumento significativo da produção dos produtos agro-exportadores.

1.4) PRODUTO INTERNO BRUTO

Os anos 80 foram muito conturbados para o cenário econômico brasileiro e paranaense. O Brasil enfrentava sérios problemas tanto na ordem política quanto econômica. A transição conturbada de uma ditadura militar para uma autêntica democracia era um dos motivos de desconfiança dos investidores internacionais para com o país. Aliado a esse fato político vinham diversos problemas da ordem econômica, tais como: gigantesco déficit na conta do governo, corrosão do poder aquisitivo da população causado principalmente pela inflação, desconfiança internacional acentuada pela crise mexicana e fuga de capitais para os Estados Unidos e Inglaterra graças ao aumento da taxa de juros nesses países. Aliados a esses fatos ocorreram os fracassos de diversos planos econômicos na tentativa de conter o avanço inflacionário e colocar a economia de volta à rota de crescimento. Entre 1986 e 1991 ocorreram seis planos deste tipo: Plano Cruzado I e II em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989, Plano Collor 1 em 1990 e Plano Collor 2 em 1991.

No âmbito estadual, o Paraná continuava o seu processo de dinamismo econômico iniciado nas décadas anteriores, porém com a marcha de seu processo mais lenta graças aos problemas vividos pela situação política e econômica já mencionados no cenário nacional. A diversificação da base econômica estadual atingia alguns pontos importantes, como aponta Gilmar Mendes Lourenço³:

a continuidade da modernização agroindustrial (fiação do algodão, Proálcool, subprodutos do milho, industrialização de aves e maltaria), a maturação plena de grandes investimentos realizados em segmentos modernos e/ou novos da indústria estadual em fins da década de 70 e início dos anos 80 (fertilizantes nitrogenados, ônibus e caminhões, papel de imprensa, cigarros, micro e minicomputadores) e algumas inversões nos

³ Economista, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, conselheiro do CORECON/PR e professor da Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE).

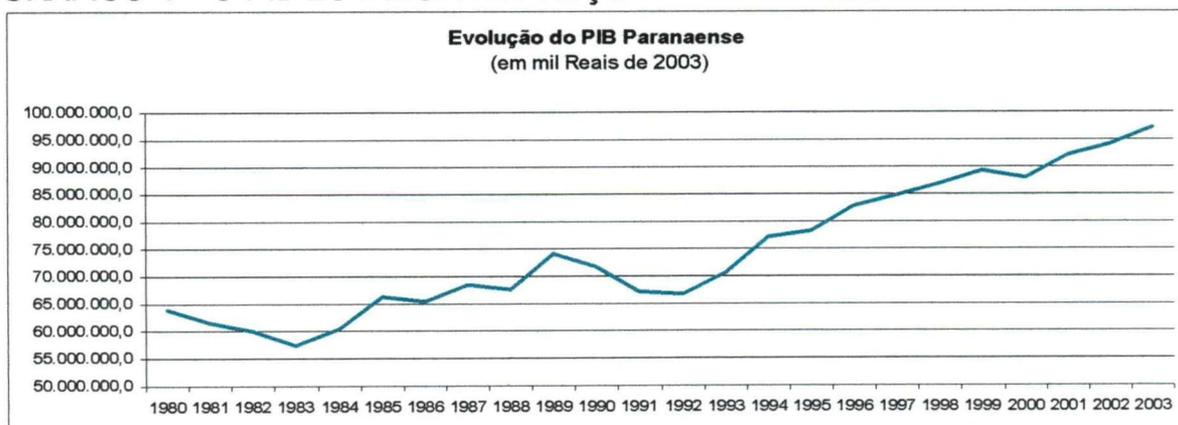
ramos de siderurgia e refrigeradores e freezers na esteira do Plano Cruzado em 1986 (LOURENÇO, 2000, p. 54).

Mesmo com tantas mudanças na estrutura econômica paranaense o Estado continuou extremamente dependente de sua vocação agrícola exportadora. A grande dependência da economia pela agricultura e o esgotamento das fronteiras agrícolas foram outros fatores complicadores do desempenho econômico paranaense.

Entre 1981 a 1983 o Governo Federal adotou uma política recessiva, atingindo profundamente o setor de construção civil paranaense, entretanto o desempenho positivo da agropecuária paranaense compensou em parte o efeito da política adotada nacionalmente. Vale ressaltar que em 1982, graves problemas, principalmente na agricultura (como o café e a soja), derrubaram drasticamente o nível de produção da economia. A recuperação iniciada em 1984 decorreu do bom desempenho da agropecuária e da indústria de alimentos. Enquanto que em 1986 a economia brasileira conseguia manter o bom desempenho econômico graças ao Plano de Estabilização, o Paraná teve um desempenho fraco devido à grande estiagem ocorrida no final de 1985 e início de 1986. O desaquecimento da economia nacional a partir de 1987 não foi acompanhado pelo Estado devido ao excelente desempenho da produção agropecuária e das indústrias dependentes.

A década de 80 foi relativamente fraca para a economia estadual. O Paraná terminava o ano de 1990 com um PIB real apenas 12,58% superior ao do ano de 1980. Dado que a população estadual cresceu neste período 10,84%, tem-se que a renda per capita da década de 80 cresceu apenas 1,74% (de R\$ 8.377,74 para R\$ 8.509,29). Pelo gráfico 4 nota-se esse baixo desempenho da economia paranaense.

GRÁFICO 4 – O PIB ESTADUAL A PREÇOS CONSTANTES



FONTE: IPARDES

Assim como terminava os anos 80, os anos 90 também prosseguiram conturbados para o cenário econômico nacional. O prosseguimento dos planos econômicos em busca da contenção da inflação, o confisco da poupança da população, escândalos de corrupção e a cassação do mandato do presidente da república provocavam uma intranqüilidade na economia nacional. Por tudo isso, o Paraná, bem como o Brasil, iniciou a década com uma profunda crise verificada no biênio 1991-92, que somada com as depressões do biênio 1989-90 apenas agravava ainda mais a situação econômica paranaense. O professor Gilmar Mendes Lourenço narra bem a situação vivida pelo Estado nesse período:

Por tudo isso, os anos 90, caracterizados pela travessia para a globalização, ainda revelaram comportamento oscilante da economia estadual, atribuído à interferência combinada ou seqüencial da pronunciada contração econômica gestada no final do governo Sarney e aprofundada durante a gestão Collor, da instabilidade das cotações internacionais dos produtos primários, do *dumping* internacional e da precária política agrícola implementada pelo governo federal (LOURENÇO, 2000, p. 56).

Após um início de década conturbada, o restante do período foi muito proveitoso para a economia estadual. No âmbito nacional, o governo adotava o Plano Real e aprofundava ainda mais a liberalização comercial em fins de 94. A estabilização advinda do Plano Real, a abertura econômica, a consolidação do Mercosul, e a recuperação do poder de compra da população, atraíram vultosas somas de investimentos estrangeiros para o país.

Iniciou-se uma nova fase de desconcentração industrial do sudeste brasileiro. O Paraná, devido a sua posição estratégica e ao baixo custo da mão de obra existente, atraiu diversas indústrias para dentro de sua fronteira. O Estado vivenciava uma segunda⁴ etapa em seu processo de industrialização, tornando-o menos dependente das vulnerabilidades do agronegócio. Tantas modificações na estrutura produtiva paranaense acarretaram em um desempenho econômico

⁴ A primeira etapa de industrialização da economia paranaense ocorreu durante a década de 70 durante os governos de Parigot, Emílio Gomes e Canet, onde ocorreu a modernização agroindustrial e um princípio de diversificação e sofisticação produtiva industrial, principalmente com as instalações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da refinaria de petróleo. Esta etapa só ocorreu devido às diversas obras de infra-estrutura montadas na década de 60 como o aumento na oferta de energia elétrica, construção de rodovias e ferrovias e modernização nas telecomunicações bem como no porto de Paranaguá.

estadual acima da média registrada nacionalmente, tornando-se a quinta maior economia do país e aproximando-se do Rio Grande do SUL pela quarta posição.

O Produto Interno Bruto estadual obteve uma evolução de 22,61% ao se comparar o ano de 1990 com o de 2000. Considerando-se o crescimento populacional no período, a renda média per capita teve uma evolução de 8,5% (de R\$ 8.509,29 para R\$ 9.140,87).

Pelo gráfico 4, percebe-se uma instabilidade no Produto Interno Bruto durante década de 80 até 1992, período esse caracterizado pela dependência do desempenho agropecuário, e uma inclinação positiva a partir de 1992, onde o Estado retoma a sua fase de industrialização. Aliado a essa evolução no PIB estadual encontra-se a evolução das exportações, pois nota-se no gráfico 4 uma nítida convergência com o gráfico 3, onde entre 1980 a 1992 ocorrem inconstantes variações e a partir de 1992 verifica-se uma tendência ascendente da curva das duas variáveis.

2) O PANORAMA ATUAL DO PARANÁ

Após um estudo do comportamento da economia estadual durante as décadas anteriores, neste capítulo, será feita uma análise da economia paranaense em seu atual momento. Limitaremos esse tempo ao início do século XXI, mais precisamente, entre o ano 2000 e o ano de 2004. As variáveis a serem estudadas continuarão sendo as mesmas do capítulo anterior.

A população e o consumo de energia elétrica vêm desacelerando suas taxas de crescimento. A população cresce a um ritmo mais lento do que o ocorrido na década anterior, conseqüência da queda gradual das taxas de natalidade. O consumo de energia elétrica passa por um processo de retomada de crescimento, esse interrompido no ano de 1999, porém esse crescimento já não possui a mesma velocidade ocorrida na década de 90, muito menos o já mencionado crescimento da década de 80.

A abertura comercial no início dos anos 90 e a mudança no regime cambial em 1999 começam a gerar frutos mais sólidos nesse novo período. As exportações crescem de forma consistente, o que permite afirmar o “descobrimento” da vocação exportadora das empresas nacionais apoiadas por programas governamentais. O choque ocorrido no início da abertura comercial dá sinais de que já foi assimilado pelas empresas locais, onde muitas dessas já possuem condições de disputar mercado com empresas no exterior. A desvalorização cambial foi um fator determinante para a competitividade dessas empresas. A abertura de novos mercados contribui tanto para o crescimento das exportações quanto para o crescimento global do produto. A produção agrícola estadual é a que melhor soube aproveitar esse processo.

No campo político algumas mudanças também podem ser notadas nesse novo decênio. A penetração estatal nos diversos ramos produtivos durante os anos 70, cedeu lugar para o processo de privatização dos anos 90. A liberalização ocorrida na década passada vem passando por uma nova transformação com a implantação das idéias do Governo Lula, bem como do Governo Requião, onde o Estado se propõem a participar e interagir no processo produtivo sem jamais atingir a intervenção ocorrida nos anos 70. A proposta atual baseia-se na idéia de um Estado complementar à iniciativa privada, ocupando setores estratégicos que

possuem dificuldades de serem ocupados pelo setor privado da economia, podendo até mesmo concorrer com esse.

Após a breve discussão sobre o contexto atual da economia estadual, as variáveis anteriormente propostas para estudo analisadas no restante desse capítulo.

2.1) POPULAÇÃO

As mudanças ocorridas na economia brasileira provocaram alterações demográficas em todo o território nacional. O sudeste brasileiro atraiu grandes massas de trabalhadores durante os anos 70. Uma grande leva da população das mais diversas regiões nacionais transferiu-se para o sudeste, mais especificamente para o estado de São Paulo.

O Estado do Paraná não correspondeu às expectativas criadas pelos analistas da época, onde se acreditava que a economia estadual representaria mais de 8% do produto brasileiro, fato que não ocorreu. As previsões de crescimento populacional não se concretizaram, fazendo com que a taxa de crescimento estadual fica-se sempre abaixo da taxa nacional. Os anos 80 apresentaram taxas de crescimento populacional ainda mais baixas que as verificadas na década anterior. Os anos 90 foram caracterizados por uma atração de imigrantes de diversas regiões brasileiras, o que fez com que o ritmo de crescimento populacional do Estado tivesse um significativo aumento. A população total no Censo Demográfico do ano de 2000 estava contabilizada em 9.635.306 habitantes segundo fontes do IBGE. O crescimento populacional teve um sutil desaquecimento no início do século XXI, conforme se verifica na tabela 1 logo a seguir.

TABELA 1 – A POPULAÇÃO PARANAENSE

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
População	9.635.306	9.758.653	9.883.312	10.009.194	10.135.388
Varição	1,29%	1,28%	1,28%	1,27%	1,26%

FONTE: IBGE

* Estimativa

O crescimento populacional ao ano verificado na década de 90 foi da ordem de 1,33%, enquanto que o verificado nessa década está em 1,27%. O crescimento registrado em 2001 foi de 1,28%, com a mesma taxa em 2002. O ano de 2003

obteve um crescimento de 1,27%, e segundo as estimativas do IBGE, o ano de 2004 terá uma taxa de crescimento ainda menor, com 1,26%. Graças a esse ritmo mais lento na taxa de crescimento, a população estadual atingiu a marca dos dez milhões de habitantes apenas em meados do ano de 2003.

A grande demanda por mão de obra das novas indústrias que se instalaram no Estado nos anos 90, não se verifica nesse início de período, provocando uma queda no volume de imigrantes para o Estado. Enquanto que nos quatro primeiros anos da década de 90 o crescimento foi da ordem de 5,60%, nos quatro primeiros anos do século XXI o incremento populacional alcança 5,19%. Estudos feitos pelo IBGE demonstram uma tendência ainda maior na queda dessa taxa de crescimento para os próximos anos.

2.2) CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Como já visto anteriormente, essa foi a variável que apresentou o maior crescimento ao longo das duas últimas décadas. A curva do consumo de energia elétrica apresenta uma trajetória continuamente ascendente, e as grandes contribuições para esse crescimento foram: introdução de novos aparelhos domésticos, ampliação no número de indústrias, aumento no número de estabelecimentos comerciais e extensão da rede elétrica para regiões e municípios não atendidos anteriormente.

O início do século apresenta uma tendência ainda crescente, mas com uma evolução mais moderada. A curva desta variável fica mais elástica em relação à demanda. A ameaça de “apagão” ocorrida em 1999 foi responsável pela única queda no consumo nas últimas duas décadas. Com a ameaça parcialmente afastada, o ano de 2000 apresentou uma retomada no curso normal do consumo de energia elétrica, entretanto, a taxa de crescimento a partir desse ano não alcançou mais as taxas verificadas nas décadas anteriores.

A década de 80 foi responsável pelo grande salto no consumo de energia elétrica, apresentando taxas de crescimento superiores às do crescimento populacional. A média anual de crescimento nesse período apresenta-se na ordem dos 7.22%. Os anos 90 mantiveram o aumento no consumo, porém com uma média de crescimento anual menor que a do decênio anterior, com 4,56%. Mesmo quando

se retira o ano de 1999, com os problemas já mencionados anteriormente, a média da década subiria para 5,62%, ainda menor que a dos anos 80. O ano 2000 apresentou uma taxa de crescimento de 6,6% devido à brusca queda do consumo ocorrida no ano anterior.

O século XXI iniciou com uma queda na taxa de crescimento do consumo dessa energia, apresentando até taxa negativa. Conforme se verifica na tabela 2, a taxa de crescimento do ano de 2001 ficou em 2,53%, com o ano de 2002 apresentando uma taxa ainda menor (2,43%) e finalmente em 2003 com uma taxa negativa (-0,35%).

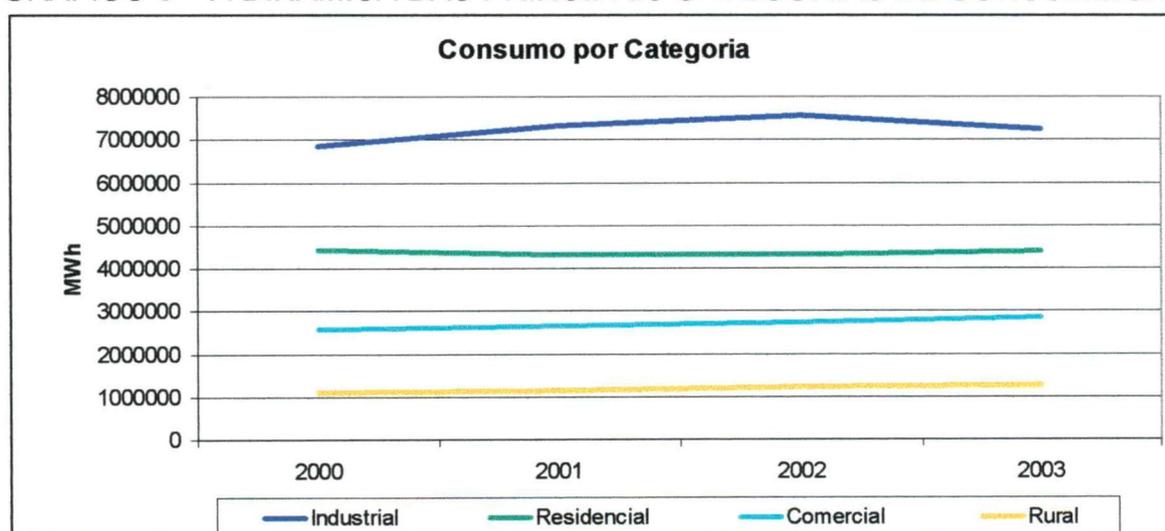
TABELA 2 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS ANOS RECENTES

Ano	2000	2001	2002	2003
MWh	16.207.304	16.617.718	17.021.681	16.961.714
Variação	6,58%	2,53%	2,43%	-0,35%

FONTE: COPEL

Em relação às quatro grandes categorias de consumidores nota-se um consumo com poucas variações em duas delas (residencial, e rural), bruscas alterações na categoria industrial e um leve crescimento na categoria comercial. O gráfico 5 demonstra de maneira mais clara essas variações no consumo por categorias.

GRÁFICO 5 – A DINÂMICA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE CONSUMIDORES



FONTE: COPEL

Na categoria Residencial, o número de consumidores aumentou em 202.760 entre o ano de 2000 ao ano de 2003. Entretanto, o consumo total caiu em 65.873

MWh graças a uma leve queda no consumo per capita. de 1,99 MWh em 2000 para 1,80 MWh em 2003.

Na categoria Rural verificou-se um leve aumento no total consumido (121.027 MWh) devido ao aumento no número de consumidores dessa categoria, na ordem de 34.781 MWh. O consumo per capita sofreu poucas alterações nesse período. Mesmo assim o crescimento registrado entre o ano de 2000 ao de 2003 foi o segundo maior dessas categorias, com uma taxa de 10,72%.

A categoria comercial foi a que mais cresceu nesse início de século, com 11.74%. Esse crescimento deve-se tanto ao aumento no número de estabelecimentos comerciais (15.293 novos estabelecimentos), quanto ao aumento no consumo per capita dessa categoria, passando de 10,58 MWh ao ano em 2000 para 11.12 MWh ao ano em 2003.

A categoria industrial tem um consumo de energia elétrica fortemente correlacionado com o seu nível de produção. Entre o ano de 2000 e o ano de 2002, o consumo desta categoria teve um significativo aumento. Em 2001 obteve um acréscimo no consumo na ordem de 6,4% graças ao grande aumento no consumo per capita, passando de 155,3 MWh em 2000 para 165,25 MWh em 2001. No ano de 2002 verificou-se um aumento no consumo total da ordem de 3,37%, aumento esse graças ao ligeiro aumento no número de indústrias. Com a recessão verificada no âmbito nacional em 2003, a produção industrial bem como o seu consumo de energia elétrica registraram queda acentuada. O consumo de energia caiu em 4,25% devido a brusca queda no consumo per capita registrado de 147,43 MWh ao ano (valor esse semelhante ao registrado no ano de 1999, o ano do apagão, que foi de 144,76 MWh ao ano).

O fraco crescimento verificado entre os anos de 2000 a 2003 deve-se às duas principais categorias de consumidores de energia elétrica (Industrial e Residencial). Esses modestos crescimentos foram amenizados pelos crescimentos mais vigorosos do consumo rural e comercial. Para encerrar essa parte, o ano de 2004 vem apresentando uma retomada, ainda que modesta, no crescimento no consumo de energia elétrica, ao se comparar os sete primeiros meses de 2003 com os sete primeiros meses de 2004, verifica-se um aumento no consumo na ordem de 1,57%.

2.3) EXPORTAÇÕES

Já foi visto neste presente capítulo que as duas variáveis anteriores sofreram uma queda na taxa de crescimento nesse início de século em relação ao desempenho nas últimas duas décadas. Com as exportações ocorre justamente o contrário. O ritmo de crescimento dessa variável vem sofrendo uma aceleração desde o ano 2000, mais do que compensando as quedas verificadas no biênio 1998 e 1999.

As exportações paranaenses fechavam o século tentando recuperar as quedas ocorridas no final da década de 90, quedas provocadas pelo baixo desempenho agropecuário estadual. Entretanto, o ano de 2000 já fechava as contas com um saldo exportador recuperado, a taxa de crescimento nesse ano foi de 11,69% em um valor total de US\$ (mil FOB) 4.392.091,00. Os primeiros anos dessa nova década são marcados por um salto expressivo nas exportações estaduais, como se pode verificar na tabela 3. As taxas de crescimento das exportações para os anos de 2001, 2002 e 2003 foram respectivamente de 21,07%, 7,02% e 25,49%. A média de crescimento nesses três anos é de 17,92%, muito superior às médias registradas nos anos 80 e 90 que ficaram na ordem de 1,93% e 9,93% respectivamente.

TABELA 3 – SITUAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS (em US\$ mil FOB)

Ano	2000	2001	2002	2003
Exportações	4.392.091	5.317.509	5.700.199	7.153.235
Variação	11,69%	21,07%	7,20%	25,49%

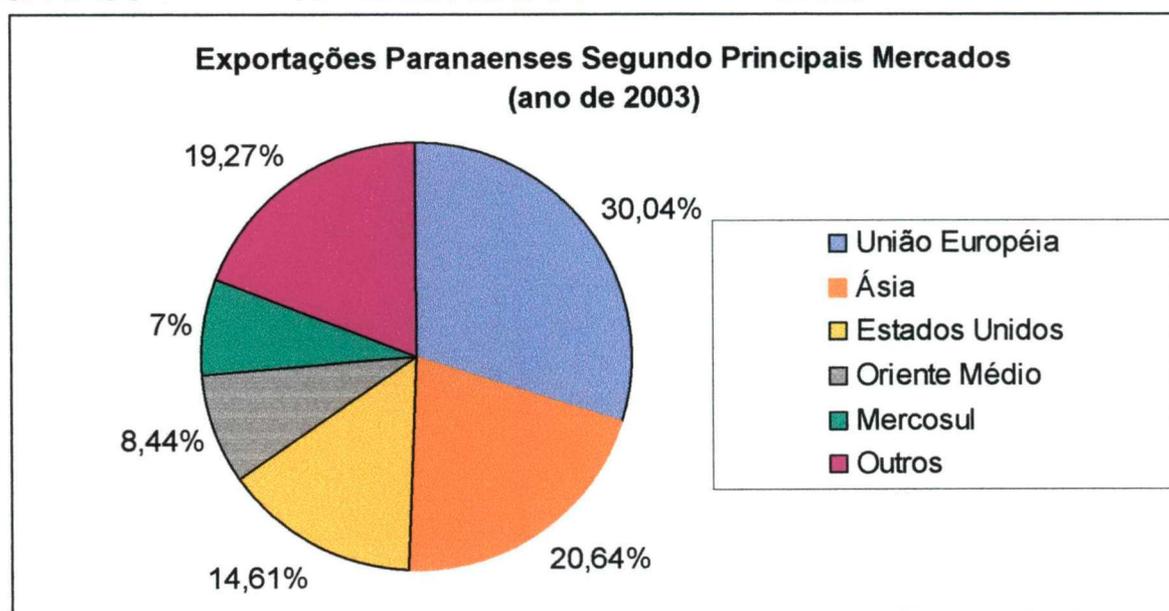
FONTE: MDIC/SECEX

O vertiginoso aumento verificado nas exportações paranaenses nos últimos quatro anos se deve principalmente ao excelente desempenho da produção agrícola ocorrido nesse período. No ano de 2000 as exportações de produtos básicos eram na ordem de US\$ (mil FOB) 1.661.224,00, já em 2003 atingiu o valor de US\$ (mil FOB) 2.984.894,00, ou seja, um crescimento de 79,68%. A exportação da produção industrial também obteve um grande crescimento nesse período, onde saltou de US\$ (mil FOB) 2.655.333,00 para US\$ (mil FOB) 4.090.792,00, registrando um crescimento de 54,06%, ainda assim abaixo do crescimento agropecuário. Vale ressaltar a participação majoritária nas exportações de soja, onde as participações desse grupo e de seus respectivos subgrupos representaram no ano de 2003 a

parcela de 37,44% do total exportado, com um valor total de US\$ (FOB) 2.100.299.163.

Sobre as exportações ainda se deve ser mencionado a queda na participação do Mercosul para a economia paranaense, agravada com a crise Argentina em meados de 2000. A primeira década de implantação do Mercosul foi marcada por um grande salto nas exportações paranaenses para esse mercado. Em 1991 o Paraná exportou produtos cuja quantia atingia US\$ (mil FOB) 130.839, onde o ápice das exportações paranaenses para esse mercado foi registrado no ano 2000, onde a soma alcançava US\$(mil FOB) 622.093, um crescimento de 375,46%. As crises ocorridas nos países do bloco foram responsáveis por uma brusca queda nas exportações nos dois anos seguintes, onde em 2001 e 2002 as exportações atingiram a soma de US\$ (mil FOB) 522.097 e US\$ (mil FOB) 262.403 respectivamente. A recuperação da economia Argentina no ano de 2003 provocou uma nova ascensão das exportações paranaenses com destino ao Mercosul, onde nesse ano a cifra atingiu a marca dos US\$ (mil FOB) 500.482. A influência do Mercosul para o desempenho das exportações estaduais é relevante, entretanto, como se pode notar no gráfico 6 abaixo, o bloco é apenas o quinto colocado em representatividade nas exportações.

GRÁFICO 6 – PRINCIPAIS MERCADOS CONSUMIDORES



FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

Ainda em relação ao gráfico 6, nota-se a importância do mercado europeu para as exportações estaduais. A Ásia assumiu a condição de segundo maior

destino das mercadorias paranaenses, nos anos mais recentes, devido à grande demanda que o crescimento chinês e indiano vem exigindo, principalmente pelos produtos siderúrgicos estaduais.

2.4) PRODUTO INTERNO BRUTO

Assim como as exportações, o Produto Interno Bruto do Paraná também vem com uma tendência de aumento na taxa de crescimento nesse início de século. O estabelecimento de novas indústrias, bem como as colheitas recordes na agricultura e o bom desempenho na pecuária são pontos fundamentais para esse crescimento estadual. As exportações também tiveram contribuições significativas para tal crescimento do produto, tal como visto na seção anterior.

Em relação à agricultura, esse novo período aponta elevadas taxas de crescimento em algumas culturas, com recordes de produção verificadas em algumas delas. As plantações de café e mandioca foram as únicas que apresentaram taxas negativas de crescimento dentro das mais importantes culturas agrícolas, com taxas de 11,44% e 34,49% respectivamente, entre o ano de 2000 e o ano de 2003. Outras quatro culturas obtiveram taxas de crescimento acima dos 50% no mesmo período, como as da cevada (164,24%), do milho (95,50%), da soja (52,92%) e do trigo (420,78%). Vale ressaltar ainda, o bom desempenho nas plantações de cana-de-açúcar e feijão, com taxas de crescimento na ordem de 41,10% e 41,75% respectivamente.

A pecuária paranaense também obteve um bom desempenho nesses primeiros anos desse novo decênio, atingindo taxas positivas de crescimento em todos os anos. O abate de aves saltou de 1.041.412 toneladas em 2000 para 1.344.398 toneladas em 2003, o que dá um acréscimo de 29,09%. O abate de bovinos que no ano de 2000 era de 181.113 toneladas atingiu a marca de 219.774 toneladas em 2003, um acréscimo de 21,35%. Porém, o maior crescimento na pecuária advém da suinocultura, em 2000 foram abatidos 235.315 toneladas de suínos e em 2003 foram abatidos 359.132, um acréscimo de 52,62%. Vale ressaltar que a pecuária não apresentou nenhuma taxa negativa de crescimento durante esse período.

O setor industrial também obteve taxa de crescimento positiva entre os anos de 2000 a 2003. A produção de colheitadeiras e tratores passou de 1.692 unidades para 3.112 unidades ao ano, o que corresponde um aumento de 83,92% na produção. Tal aumento pode ser explicado pelo bom desempenho da agricultura ocorrido no período. A produção de automóveis (englobando as categorias de comerciais leves, comerciais pesados e a dos automóveis de passageiros e de uso misto) notabiliza-se por um tímido aumento na produção, com um acréscimo de 3,69%. O aumento na produção de automóveis ocorrido em 2001, quando atingiu a marca de 177.050 unidades produzidas, foi acompanhado de uma brusca queda no ano seguinte, quando se produziram 141.860 unidades. O ano de 2003 fechou com uma produção de 148.658 unidades.

Pelos dados anteriormente apresentados, o PIB do Paraná obteve taxas de crescimento positivas nos três primeiros anos desse novo decênio, conforme se verifica na tabela 4 logo abaixo:

TABELA 4 – RECENTE EVOLUÇÃO DO PIB

Produto Interno Bruto Paranaense
(em mil Reais de 2003)

Ano	2000	2001	2002	2003
PIB	88.075.039,90	92.116.390,30	94.025.206,10	97.222.063,10
Varição	- 1,37%	4,59%	2,07%	3,40%

FONTE: IPARDES

Tais crescimentos foram responsáveis por um aumento constante na renda per capita da população paranaense nesse início de década. Dado que a população estadual no Censo de 2000 contabilizava-se em 9.635.306 de habitantes e que a população estimada pelo IBGE para o ano de 2003 é de 10.009.194 de habitantes, deduz-se que a renda per capita paranaense passou de R\$ 9.140,87 ao ano, para R\$ 9.713,28 em 2003. Com esses dados, a renda per capita paranaense cresceu em 6,26% nesses três primeiros anos.

Com base na análise feita durante todo esse capítulo, as tendências que essas quatro variáveis tendem a seguir são explicitadas no próximo capítulo.

3) UM CENÁRIO PARA A ECONOMIA ESTADUAL

Nos capítulos anteriores foram mencionadas a evolução da economia estadual e algumas transformações estruturais pela qual ela passou. Este capítulo compreende a fundamentação dessa monografia. Baseando-se no estudo anteriormente feito e entendendo a importância desse trabalho chega-se ao esboço do que se pode ocorrer na economia estadual nos próximos anos, mais precisamente no intervalo limitado até o ano de 2010.

A economia é uma ciência de variáveis interdependentes. Estas variáveis são influenciadas por decisões macroeconômicas, como câmbio, inflação, choques externos e juros, bem como por decisões microeconômicas que variam de indivíduo para indivíduo, como a decisão de consumir e poupar. As estratégias governamentais também influenciam esse ambiente, como as políticas de desenvolvimento regional e as de descentralização econômica.

O que permite compreender essa rede de interligações no ambiente econômico é a **análise estrutural**. Essa análise permite classificar e quantificar as variáveis mais relevantes do sistema, pois uma variável somente possui importância se ela estabelecer conexão com outras.

A seguir tem-se a explicitação de um cenário econômico delimitado pelas quatro variáveis anteriormente trabalhadas. A projeção da população já foi feita pelo órgão apropriado, o IBGE, cabendo apenas alguns comentários sobre essa projeção. A do consumo de energia elétrica foi baseada em um trabalho feito por técnicos da CCPE (Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos) para a projeção do consumo de energia elétrica no período 2003-2013, cabendo fazer uma adaptação ao caso paranaense. Como não há nenhum registro de projeção das exportações no médio prazo, o trabalho baseou-se em estimativas próprias para o ritmo de crescimento dessa variável. A projeção do PIB foi baseada em um trabalho realizado para a economia brasileira, novamente sofrendo adaptações à realidade estadual. As premissas básicas desse cenário é que o Governo Federal mantenha sua política sócio-econômica e que aprofunde as reformas estruturais já iniciadas.

3.1) POPULAÇÃO

Toda projeção de alguma variável deve ser revista com o passar do tempo devido às mudanças nos componentes levados em conta para o cálculo. A projeção da população não foge dessa regra. A projeção utilizada nessa monografia é a feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza como método o das componentes geográficas. Nesse método as variáveis demográficas são analisadas de acordo com três leis fundamentais: fecundidade, mortalidade e migração.

Para que a projeção siga uma norma coerente faz-se necessário a análise profunda da população de acordo com as três leis fundamentais. O Método das Variáveis Demográficas busca o estudo detalhado de cada porção da população, onde estratifica-se a população em diversos subgrupos (faixa etária, sexo, condições sociais e econômicas), com o objetivo de se projetar parâmetros realistas nas projeções. A base de cálculo é sobre a equação de equilíbrio populacional, cuja expressão analítica é descrita da seguinte forma:

$$P(t+n) = P(t) + B(t,t+n) - D(t,t+n) + I(t,t+n) - E(t,t+n), \text{ em que;}$$

t = momento inicial da projeção,

n = intervalo projetado,

P(t+n) = população do ano t+n,

P(t) = população do ano t,

B(t,t+n) = nascimentos ocorridos no período t,t+n,

D(t,t+n) = óbitos ocorridos no período t,t+n,

I(t,t+n) = Imigrantes no período t,t+n,

E(t,t+n) = emigrantes no período t,t+n.

Pela fórmula descrita acima se nota que o Método das Variáveis Demográficas parte da população inicial, normalmente a calculada pelos Censos Demográficos, e é influenciada pelas taxas de nascimento, de óbitos e pelos processos de migração.

Para estimar a população das Unidades da Federação, o IBGE utiliza o Método de Tendência de Crescimento Demográfico. Esse método utiliza como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já é

conhecida. em diversas áreas de menor tamanho⁵. A área maior considerada é o Brasil, e as áreas menores são as Unidades da Federação.

Após a utilização dos métodos explicados resumidamente nos parágrafos anteriores, o IBGE estimou a projeção da população nacional, bem como a das Unidades da Federação. O que se verifica no âmbito nacional é uma desaceleração na taxa de crescimento populacional. Enquanto que a taxa de crescimento na década de 80 situou-se na ordem de 21%, onde na maioria dos anos a taxa anual situou-se acima da casa dos 2%, a da década de 90 ficou na casa dos 15%, em que a maioria das taxas anuais situou-se acima de 1,5%. A população nacional que era de 121.381.328 de habitantes em primeiro de julho de 1981, pulou para 149.094.266 de habitantes em 1991, terminando o século XX com 171.279.882 de habitantes.

A projeção para esse primeiro decênio desse novo século é que a população do país cresça em 13,2%, onde a taxa de crescimento populacional anual fique na ordem de 1,4%, fechando 2010 com 1,27%. A população prevista para o último ano dessa década é de 196.834.086 de habitantes.

TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTADUAL

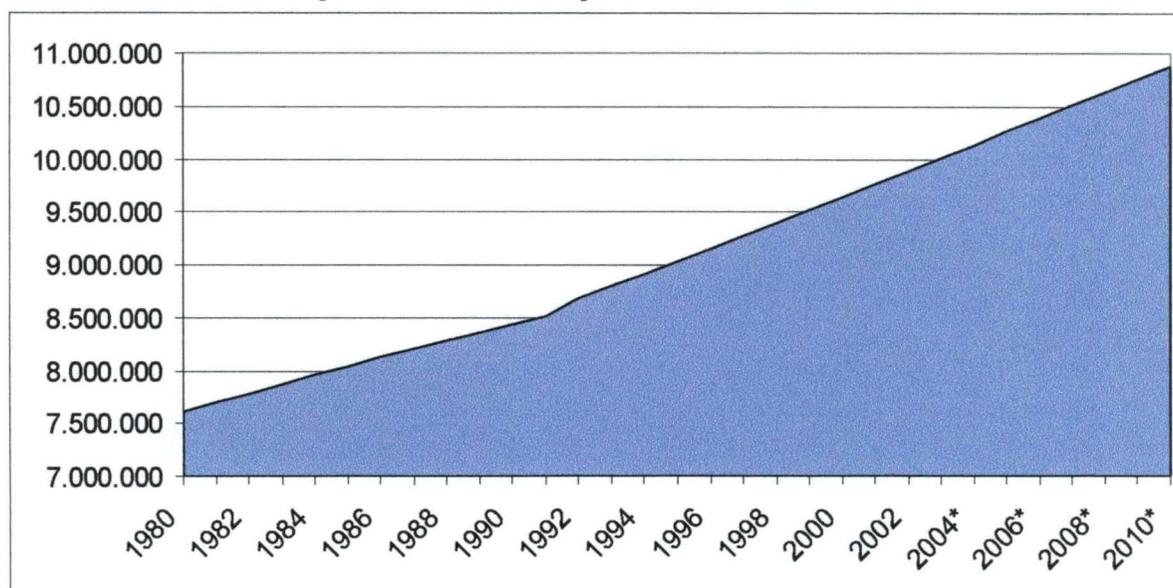
Ano	População	Ano	População
2003	10.009.194	2007	10.511.394
2004	10.135.388	2008	10.634.378
2005	10.261.461	2009	10.755.705
2006	10.386.955	2010	10.875.264

FONTE: IBGE

O Estado do Paraná passou por um processo de evolução de sua população inversa ao do restante do país. Enquanto que a taxa de crescimento da população brasileira sofreu uma queda na década de 90 em relação à década de 80, a taxa de crescimento da população paranaense se elevou de uma década para outra. A população do Estado cresceu uma taxa de 9,64% na década de 80, já na década de 90 essa taxa passou a ser de 13,15%. A população que era de 7.699.437 de habitantes em 1981, passou para 8.515.524 em 1991, fechando o século XX em 9.635.306 de habitantes. Apesar da aceleração da taxa de crescimento populacional na década de 90, a taxa paranaense sempre esteve inferior à taxa brasileira. Pela tabela 5, verifica-se a projeção feita para a população estadual.

⁵ Para entender melhor o cálculo do método deve-se acessar o site do IBGE, onde se tem uma explicação completa dessa metodologia.

GRÁFICO 7 – PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE



FONTE: IBGE

* Projeção

O primeiro decênio do século XXI inicia-se com a continuidade no processo de desaceleração da taxa de crescimento populacional registrada desde o início da década passada⁶. A projeção feita pelo IBGE é que a população Paranaense cresça cerca de 11,44% nessa década, com isso o Paraná fecharia o ano de 2010 com uma população total de 10.875.264 de habitantes. A taxa de crescimento para esse último ano é de 1,11%, próximo às taxas registradas na década de 80. A evolução do crescimento populacional e sua projeção são melhores vistas no gráfico 7.

3.2) CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Como já foi mencionado no início desse capítulo, o estudo base para a projeção do consumo de energia elétrica será o feito pelo Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE) gerido pelo Ministério de Minas e Energia do Governo Federal. Essa projeção feita pelos técnicos da CCPE limita-se ao período compreendido entre os anos 2003 a 2013, e levam-se em conta os dados fornecidos pelos sistemas de energia elétrica regionais, portanto tendo um cenário nacional como objeto de estudo. Para a projeção da demanda estadual serão utilizados os parâmetros do consumo histórico paranaense, servindo o

⁶ O ano de 1992 foi marcado por um violento aumento na taxa de crescimento populacional. Após esse ano, as taxas vêm sofrendo gradativas quedas.

trabalho da CCPE como base de projeção e como explicitação das variáveis consideradas no cálculo das projeções de demanda de energia elétrica.

O consumo de energia elétrica pode ser influenciado por diversos fatores, tanto por alterações no ambiente macroeconômico quanto no ambiente microeconômico, além desses ocorrem diversos fatores fora do contexto puramente econômico, tais como: alterações culturais, climáticos, crescimento populacional e etc. No campo econômico as alterações do consumo variam desde as mudanças nas políticas de abastecimento até as variações da renda per capita da população. Tais sistemas de variáveis formam uma rede complexa que determinam a demanda de energia elétrica, sendo assim é fundamental compreender as principais variáveis dessa rede interligada para se fazer uma projeção da tendência do consumo dessa fonte de energia.

As principais variáveis determinantes do consumo de energia elétrica residencial são: população, número de consumidores e consumo médio das residências. As alterações futuras da população já foram tratadas no início desse capítulo, onde se utilizou a projeção feita pelo IBGE. O número de consumidores depende fundamentalmente da população residente, do tamanho das famílias e da taxa de atendimento. A taxa de atendimento é uma variável que depende da capacidade técnica e financeira da empresa fornecedora, bem como de seus interesses de expansão comercial. O consumo médio das residências depende do nível de posse de equipamentos e da intensidade de uso dos mesmos, essas por sua vez são determinadas pelo nível de renda, avanço tecnológico, valor das tarifas, campanhas de racionalização e etc.

A categoria do consumo de energia elétrica do setor industrial é subdividida em duas outras pelos analistas da área. Uma compreende o dos consumidores não intensivos em energia elétrica (maioria) e a outra é a dos consumidores intensivos. Duas são as variáveis fundamentais para a determinação da demanda de energia elétrica do setor industrial: o nível de produção e a intensidade de energia elétrica do produto industrial. O nível de produção tende a acompanhar a própria dinâmica da economia. A intensidade do uso de energia elétrica é influenciada pela eficiência energética dos processos de produção, a qual depende do ritmo de inovações tecnológicas que variam de acordo com o nível de competição existente em cada mercado.

Após essa breve explicação sobre as principais variáveis determinantes da demanda de energia elétrica, passa-se aos cálculos sobre a tendência que esse consumo deve tomar nos próximos anos.

A base de cálculo a ser utilizada é a feita pelos técnicos das maiores fornecedoras de energia elétrica do país. Como o acesso aos cálculos feitos pelos técnicos da Copei é restrito, utilizamos a projeção feita a nível nacional e transpusemos para o cenário paranaense.

Os técnicos das maiores empresas fornecedoras de energia elétrica utilizam três métodos bases de cálculo de projeção da demanda do consumo de energia elétrica. Os métodos utilizados são os seguintes: Intensidade de uso, elasticidade energia/PIB e consumo per capita.

Para a projeção da demanda do consumo de energia elétrica no âmbito paranaense foi utilizado o método da intensidade de uso, pois é o mais recomendável para a abstração de uma projeção estadual utilizando dados nacionais. Os outros dois métodos sofrem fortes influências das diferenças regionais existentes na economia brasileira. O método da intensidade de uso produz resultados mais compatíveis e consistentes com as condições estabelecidas no Estado do Paraná em comparação com os outros dois métodos.

A projeção consiste em taxas constantes e crescentes para os anos de 2004 a 2010. Por isso, os anos de 2004 a 2006 deverão registrar resultados abaixo dos da projeção, já que a expectativa de crescimento da produção nacional para esses anos é menor do que para os anos seguintes. Como tendência, os anos de 2007 a 2010 deverão convergir os resultados para os da projeção, tendo sempre a consciência que os resultados dificilmente serão os mesmos lançados nessa projeção.

TABELA 6 – PROJEÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ano	Consumo (MWh)	Ano	Consumo (MWh)
2001	16.617.718	2006	18.633.819
2002	17.021.681	2007	19.379.172
2003	16.961.714	2008	20.154.338
2004	17.228.013	2009	20.960.512
2005	17.917.133	2010	21.798.932

FONTE: COPEL⁷

⁷ Projeção dos anos 2004 até 2010 elaboradas pelo próprio autor.

A demanda de energia elétrica prevista para os anos de 2004 a 2010 deverá crescer a uma taxa de 6,05% ao ano no âmbito nacional. Visto que o estado do Paraná já possui mais de 95% da população atendida pela rede de energia elétrica (no Brasil esse número situa-se na ordem de 89%), aliado às inovações tecnológicas das indústrias (principalmente no uso mais racional da energia) e às taxas de crescimento da população serem inferiores às previstas pelas taxas da projeção populacional nacional, pode-se situar a taxa de crescimento da demanda de energia elétrica paranaense na faixa dos 4,0% ao ano nesse período. Essa taxa estaria próxima a verificada na média dos anos 90 e impulsionaria a média da taxa de crescimento ocorrida no começo desse novo decênio.

Com uma taxa de crescimento na ordem dos 4% ao ano, o ano de 2010 registraria uma demanda por energia elétrica cerca de 26,5% acima da registrada no ano de 2004. Esse crescimento deve ser liderado pelas categorias de consumo residencial e pelos estabelecimentos comerciais, visto que o setor comercial deve ter uma participação ainda maior nos anos seguintes em detrimento à participação relativa dos setores agropecuários e industriais na formação do produto.

3.3) EXPORTAÇÕES

Visando a melhora de seus indicadores macroeconômicos (acumulação de reservas e exportações/dívida), o Governo brasileiro iniciou uma época de recuperação nas exportações de produtos nacionais. Do ano 2000 até os dias atuais, as exportações brasileiras obtêm taxas de crescimento positivas. Tal crescimento no início desse período foi beneficiado pela desvalorização cambial ocorrida no ano de 1999.

A abertura econômica promovida pelo Governo Federal no início da década de 90 obrigou as empresas nacionais a adotarem estratégias de produção mais modernas e competitivas para concorrerem no mercado internacional⁸. Diversas empresas estrangeiras aproveitaram essa abertura de mercado para instalarem fábricas e filiais no território nacional, buscando assim a redução de seus custos de

⁸ A abertura econômica pode ser verificada pelo coeficiente entre a corrente de comércio internacional (exportações mais importações) dividido pelo PIB. Em 1950 esse coeficiente era de 5,5. Já no ano de 2003 o coeficiente passou a ser de 12,3. A abertura econômica verificada no ano de 2003, através de seu coeficiente, é a maior dos últimos cinquenta anos.

produção, principalmente o de mão-de-obra. As exportações nacionais que eram na ordem de trinta e um bilhões de dólares em 1990, saltaram para um pouco mais de cinquenta e cinco bilhões de dólares no ano 2000.

Como mencionado anteriormente, a desvalorização cambial ocorrida em 1999 proporcionou um grande impulso nas já crescentes exportações nacionais. A política cambial promovida deu resultados já no ano subsequente, quando ocorreu um acréscimo de 14,7% nas exportações. Mas a desvalorização do câmbio não deve ser entendida como único fator desse crescimento, aliado a esse fato têm-se a modernização nas formas de produção (tanto nos produtos agrícolas quanto nos industriais), “descobrimto” de novos mercados, implementação do Mercosul e o incentivo fiscal do Governo para o escoamento do produto nacional. O ano de 2003 registrou um novo recorde nas exportações brasileiras, quando fechou o período com um total de pouco mais de setenta e três bilhões de dólares em produtos exportados. O ano de 2004 provavelmente ultrapassará essa marca, pois nos nove primeiros meses do ano, as exportações já passaram da marca dos setenta bilhões de dólares exportados, o que faz o Governo acreditar em um fechamento final do ano perto de noventa bilhões de dólares. As expectativas para as exportações brasileiras para os próximos anos são as mais otimistas possíveis, dado que o Governo sinaliza com a intenção de manter os incentivos para as empresas exportadoras e prevê uma desvalorização do câmbio gradual para o restante do decênio.

Assim como o Brasil, o Paraná também aproveitou dos acontecimentos descritos anteriormente para impulsionar suas exportações. Nos últimos treze anos as exportações estaduais registraram taxas positivas em dez deles. As exportações estaduais que eram de um pouco mais de um bilhão e oitocentos milhões de dólares em 1990, subiram para quatro bilhões e quatrocentos milhões de dólares no ano 2000. A taxa média de crescimento na década de 90 foi na ordem de 9,9%.

Apesar dos expressivos resultados obtidos na década anterior, os crescimentos mais vertiginosos são os registrados nos anos mais recentes, quando a taxa média de crescimento atingiu o patamar de 17,9%. A crise Argentina não foi suficiente para conter o ânimo exportador do Estado, que descobriu novos mercados como o asiático (em especial a China) e o oriente médio. O Paraná fechou o ano de 2003 com um total de pouco mais de sete bilhões cento e cinquenta milhões de

dólares em produtos exportados. O Estado vem com um ritmo de crescimento das exportações acima do registrado no âmbito nacional, para efeito de comparação o Estado participava de 5,9% das exportações nacionais em 1990, atingindo o patamar de 9,8% em 2003.

Para os anos subseqüentes, parte-se das seguintes hipóteses: a produção, tanto industrial quanto da agropecuária, continuará crescendo, a taxa de câmbio sofrerá pequenas desvalorizações durante o período, a recuperação da economia Argentina seguirá um passo duradouro, a China e a Índia prosseguirão com as altas taxas de crescimento de seus respectivos produtos e a União Européia, bem como os Estados Unidos manterão seus papéis de grandes importadores dos produtos paranaenses. Dado as hipóteses e considerando que as exportações estaduais sofram uma pequena desaceleração em sua taxa de crescimento, pode-se considerar que as exportações sigam sua trajetória crescente a taxas de quinze por cento ao ano. Os resultados podem ser verificados na tabela que se segue.

TABELA 7 – PROJEÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS

Exportações Paranaenses			
(em US\$ mil FOB)			
Ano	Total	Ano	Total
2003*	7.153.235	2007	13.381.387
2004	8.798.479	2008	15.388.595
2005	10.118.251	2009	17.696.884
2006	11.635.989	2010	20.351.417

FONTE: Elaboração própria com base em dados do MDIC/SECEX.

* Observado

Como último comentário, vale lembrar que para que o Paraná consiga alcançar tais resultados, faz-se necessário um forte investimento na infra-estrutura básica para o escoamento de seus produtos exportados. A reforma no Porto de Paranaguá, bem como nas rodovias de acesso precisam tornar-se prioridades para o atual Governo, bem como para os que se seguem.

3.4) PRODUTO INTERNO BRUTO

Após a economia brasileira passar por diversos impactos externos⁹ que foram cruciais para as modestas taxas de crescimento do produto, o Governo Federal vêm

⁹ Os impactos externos mais recentes foram as crises: asiática (1997), russa (1998), Argentina (2001) e a retração das principais economias mundiais em 2001 e 2002.

adotando medidas na área econômica com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa e, assim sendo, promover um crescimento econômico seguro e sustentável.

Os últimos anos foram marcados por um processo de ajustamento da economia nacional visando propiciar um cenário mais propício a um crescimento econômico duradouro e sustentado. Os ajustes ao qual a economia nacional vem passando nos últimos anos focalizam algumas medidas macroeconômicas, tais como: desvalorização cambial, austeridade fiscal (superávit primário), metas de inflação e metas de taxas de juros.

A formulação de projeções de crescimento do produto interno bruto é uma tarefa de extrema complexibilidade, para tanto a projeção base utilizada na estimativa da evolução do crescimento do produto interno bruto paranaense é a feita pelo autor Fábio Giambiagi¹⁰. Em seu trabalho, é utilizado um modelo composto por cinco blocos de variáveis: contas nacionais, contas fiscais, mercado de trabalho, balanço de pagamentos e financiamento do investimento.

Após a análise da evolução dessas cinco principais variáveis, o autor parte para a tendência a qual segue a economia brasileira e seus principais indicadores. Para que o país alcance as taxas de crescimento sugeridas no trabalho, indicadas na tabela que se segue, o Governo deve adotar medidas que assegurem uma maior credibilidade ao mesmo e condições de expansão do produto. Uma das medidas contidas no trabalho é a eliminação da dívida do Banco Central durante o período, através de um pagamento gradual, ficando apenas a dívida do Tesouro nacional. Outra medida é a adoção do superávit primário em patamares elevados no começo, medida já adotada pelo Governo, e com reduções graduais após atingir os resultados esperados. A constante redução da CPMF também contribuiria para a expansão do produto. Em sua projeção, Giambiagi sugere que a inflação e a taxa real de juros serão reduzidas no período, e o crescimento econômico provocaria um aumento nos investimentos.

TABELA 8 – PROJEÇÃO DO PRODUTO NACIONAL

Crescimento do PIB brasileiro em %							
Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	3.50	4.00	4.50	4.50	4.50	5.00	5.00

FONTE: GIAMBIAGI, 2003

¹⁰ Economista do BNDES

Resumidamente, o trabalho de Giambiagi prevê um crescimento moderado na economia brasileira nos primeiros anos da projeção, onde o Governo aplicaria uma severa austeridade fiscal combinada com uma política monetária contracionista. Na medida em que os indicadores econômicos começassem a dar sinais de melhora, os apertos fiscais e monetários seriam aliviados, fato que impulsionaria o crescimento da economia nacional.

Adotando o trabalho de Giambiagi como premissa para a projeção da economia paranaense, pode-se fazer uma projeção da economia estadual para os próximos anos. A diversificação e dinamização da base econômica paranaense fazem com que o desempenho da economia local dependa cada vez mais do desempenho da economia nacional. Esse fato pode ser comprovado com o desempenho dessas duas economias nas últimas duas décadas.

Na década de 80, a economia paranaense era centrada basicamente no setor agropecuário, o que provocava diversas oscilações no produto de ano pra ano. O desempenho da economia dependia fundamentalmente do preço e do desempenho da produção dos produtos primários, havia pouca ligação com o desempenho da economia nacional. Esse fato pode ser comprovado com a diferença nas taxas de crescimento dessas duas economias nessa década, onde o Paraná obteve um crescimento de 16,6% e o Brasil de 22,1%. As transformações, já mencionadas anteriormente, ocorridas na base produtiva estadual nos anos 90, convergiram as taxas de crescimento da economia local para os mesmos parâmetros das taxas da economia nacional. A produção industrial depende fundamentalmente do dinamismo da economia que nela se insere, bem como do desempenho das economias para a qual ela se volta. Esse fato fez com que as taxas de crescimento estadual e nacional registrassem valores muito mais próximos na década de 90, onde o crescimento estadual foi de 31,1% e o nacional de 28,5%.

Nesse início de decênio, o Estado vem atraindo novos investimentos externos, o que proporcionou um crescimento muito acima do verificado no âmbito nacional. A expectativa da retomada de crescimento da economia brasileira para o restante da década proporciona um otimismo ainda maior para o crescimento da economia estadual. Por isso, se deve considerar que o crescimento da economia paranaense acompanhe o crescimento da economia brasileira e, ainda, alcance taxas um pouco mais elevadas, o que faria aumentar a participação da economia

estadual na formação do produto nacional. Como base de cálculo foram utilizados os dados do trabalho de Giambiagi, e acrescidos 0,5% nas taxas de crescimento do produto paranaense, uma taxa considerada razoável tendo em vista o ritmo de crescimento dessas duas economias. Com esses dados, a economia paranaense registraria valores próximos aos da tabela a seguir.

TABELA 8 – PROJEÇÃO DO PRODUTO ESTADUAL

Evolução do PIB Paranaense (em mil reais de 2003)			
Ano	PIB	Ano	PIB
2003	97.222.063,10	2007	116.491.184,30
2004	101.110.945,60	2008	122.315.743,60
2005	105.660.938,20	2009	129.043.109,40
2006	110.943.985,10	2010	136.140.480,50

FONTE: Elaboração própria, com base em dados do IpardeS.

Com essa evolução, o Paraná teria um aumento relativo em sua participação no produto nacional. O Estado sairia dos atuais 6,4%, atingindo 6,5% já em 2005 e fechando a década com 6,6%. Muitos estudiosos da economia paranaense acreditam que o Paraná deva passar dos sete por cento até o final dessa década, mas para que isso ocorra, o Estado precisaria crescer mais que um ponto percentual acima do crescimento nacional, hipótese considerada pouco provável, tendo em vista o crescimento das duas economias principalmente nos últimos quinze anos.

Para encerrar essa parte, com o crescimento mencionado acima e a projeção da população feita pelo IBGE, tratada no primeiro tópico desse capítulo, a renda per capita teria um grande salto nessa década. A renda per capita que iniciou a década era na ordem de R\$ 9.439,46 e fechava o ano de 2003 em torno de R\$ 9.713,28. Caso a economia e a população sigam as projeções citadas nesse trabalho, a renda per capita no ano de 2010 seria de R\$ 12.518,36, ou seja, ela teria um crescimento de 32,62% em apenas uma década.

4) CONCLUSÃO

Durante todo o trabalho apresentado as palavras mais utilizadas foram as do estilo “mudança”, “transformação” e “alteração”. Essas palavras foram constantemente utilizadas graças ao período estudado da história paranaense. Tanto no contexto geral quanto nas determinadas variáveis as transformações saltam aos olhos de quem as observa. No início do período encontra-se um Estado baseado na produção de produtos básicos, extremamente dependentes das variações dos preços dos produtos agropecuários e com a sua pequena e limitada produção industrial remanescente das inversões ocorridas na década anterior. A atual situação econômica estadual demonstra que a economia possui uma dinamização impressionante de sua base produtiva, com indústrias de diversos setores e algumas capazes ainda de concorrer com empresas estrangeiras por mercados fora da limitação geográfica estadual. Com uma participação no produto mais heterogênea, o Estado fica menos suscetível às crises localizadas em determinados setores. As projeções feitas para as variáveis acompanham o processo de transformação pelo qual passa a economia estadual.

Nota-se no estudo que se a taxa de crescimento populacional fosse transportada para um gráfico obteria-se um formato de “u” invertido, com o ápice ocorrendo entre os anos de 1992 e 1993. A desaceleração dessa taxa que deve ocorrer nos próximos anos irá convergir o ritmo de crescimento populacional para o mesmo registrado durante boa parte da década de 80.

A demanda por energia elétrica tende a reduzir sua taxa de variação nos próximos anos devido à queda do ritmo de crescimento populacional, com suas variações devendo-se basicamente às alterações ocorridas na formação do produto. Isso quer dizer que o consumo de energia elétrica ficará mais dependente do crescimento do produto do que do crescimento populacional.

As exportações passarão a exercer uma maior influência na composição do PIB graças às taxas de crescimento mais elevado do produto exportado. A diversificação da pauta exportadora estadual, o desbravamento de novos mercados e a recuperação econômica de antigos parceiros favorecem para a expectativa otimista quanto ao crescimento dessa variável. Caso as projeções se concretizem, as exportações que representavam em 1990 6% do PIB, passando para 18% em

2003, alcançaria 36% em 2010. Essa taxa ainda estaria longe das registradas atualmente pelos Tigres asiáticos, mas estaria muito acima da realidade das outras unidades federativas do âmbito nacional.

O Produto Interno Bruto estará mais interligado ao mercado, com o seu desempenho dependente das políticas macroeconômicas nacionais. Com a perspectiva otimista à respeito do desempenho econômico brasileiro e com as exportações ampliando sua participação no produto, a economia paranaense possui totais condições de alcançar os resultados da projeção elaborada no capítulo anterior. A queda da taxa de crescimento populacional acompanhada pelo bom desempenho da economia terá efeitos positivos na renda per capita da população estadual. De acordo com as projeções feitas para essas duas variáveis, a renda per capita terá um crescimento médio anual na ordem de 3,2%.

A principal característica do cenário econômico elaborado neste trabalho é seu aspecto otimista, devido às condições políticas e econômicas pela qual se situa a economia estadual. Como última ressalva vale lembrar que a economia estadual segue o rumo natural das principais economias em desenvolvimento, onde a indústria passa a ser o principal formador do produto em detrimento da agricultura num primeiro momento e o setor de serviços passa a contribuir cada vez mais com essa formação num segundo instante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Energia. **CENÁRIOS DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL**. Brasília: CCPE, 2003. 110 p. Relatório Técnico.

GIAMBIAGI, Fábio. **Um Cenário para a Economia Brasileira com Permanência da Austeridade Fiscal e Redução da Vulnerabilidade Externa**. Rio de Janeiro: BNDES. 2003. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td.pdf>> Acesso em: 20 set 2004.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil: 1975**. Rio de Janeiro: 1976. 1001 p.

IBGE. **ESTIMATIVAS ANUAIS E MENSAS DA POPULAÇÃO DO BRASIL E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO: 1980-2020**. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pdf>> Acesso em: 15 ago 2004.

IPARDES. **Economia Paranaense – Indicadores Seleccionados. Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 26, n. 8, p. 18-36, jul./ago. 2004.

IPARDES. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômico: sumário executivo**. Curitiba: 2003. 29 p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A Economia Paranaense em tempos de Globalização**. Curitiba: 2003. 174 p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A Economia Paranaense nos anos 90**. Curitiba: 2000. 99 p.

MACEDO, M. M.; VIEIRA, V. F.; MEINERS, W. E. Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 5-22, jul./dez. 2002.

NOJIMA, Daniel. **Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000**. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 23-43, jul./dez. 2002.

SEREIA, V. J.; NOGUEIRA, J. M.; CAMARA, M. G. As Exportações Paranaenses e a Competitividade do Complexo Agroindustrial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 103, p. 45-59, jul./dez. 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 – EVOLUÇÃO DO PIB, RENDA PER CAPITA, EXPORTAÇÕES, POPULAÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PARANÁ.

ANO	PIB (em mil Reais de 2003)	RENDA PER CAPITA	EXPORTAÇÃO (US\$ mil FOB)	POPULAÇÃO	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (em MWh)
1980	63.808.484,74	R\$ 8.377,74	1.994.849	7.616.430	5.897.876
1981	61.614.641,81	R\$ 8.002,49	2.402.024	7.699.437	5.984.322
1982	60.008.075,40	R\$ 7.709,22	1.674.923	7.783.938	6.005.658
1983	57.309.776,17	R\$ 7.282,95	1.462.945	7.869.028	6.392.937
1984	60.334.552,25	R\$ 7.583,84	1.841.973	7.955.669	7.113.686
1985	66.268.275,61	R\$ 8.240,72	1.825.464	8.041.561	8.163.344
1986	65.531.293,31	R\$ 8.065,93	1.217.480	8.124.456	8.387.384
1987	68.512.794,37	R\$ 8.349,03	1.638.922	8.206.075	8.979.944
1988	67.716.221,70	R\$ 8.171,99	2.005.632	8.286.382	9.688.053
1989	74.199.814,68	R\$ 8.869,82	1.983.340	8.365.428	10.081.795
1990	71.834.192,65	R\$ 8.509,29	1.868.168	8.441.855	10.435.200
1991	67.191.425,00	R\$ 7.890,46	1.807.230	8.515.524	10.826.687
1992	66.679.430,88	R\$ 7.683,90	2.110.039	8.677.806	11.311.663
1993	70.651.831,98	R\$ 8.032,14	2.481.143	8.796.140	12.048.216
1994	77.078.283,37	R\$ 8.646,11	3.506.749	8.914.796	12.953.312
1995	78.187.582,66	R\$ 8.655,40	3.567.346	9.033.386	13.998.664
1996	82.820.918,29	R\$ 9.049,31	4.245.905	9.152.180	14.866.502
1997	84.730.604,46	R\$ 9.138,94	4.854.245	9.271.383	15.232.899
1998	86.848.845,89	R\$ 9.247,75	4.227.495	9.391.344	15.998.805
1999	89.295.220,76	R\$ 9.386,93	3.932.564	9.512.722	15.203.951
2000	88.075.039,89	R\$ 9.140,87	4.392.091	9.635.306	16.207.304
2001	92.116.390,34	R\$ 9.439,46	5.317.509	9.758.653	16.617.718
2002	94.025.206,09	R\$ 9.513,53	5.700.199	9.883.312	17.021.681
2003	97.222.063,10	R\$ 9.713,28	7.153.235	10.009.194	16.961.714

FONTE: IPARDES, MDIC/SECEX, IBGE, COPEL

ANEXO 2 – PROJEÇÃO DO PIB, RENDA PER CAPITA, EXPORTAÇÕES, POPULAÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO PARANÁ.

ANO	PIB (em mil Reais de 2003)	RENDA PER CAPITA	EXPORTAÇÃO (US\$ mil FOB)	POPULAÇÃO	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (em MWh)
2004	101.110.945,00	R\$ 9.976,03	8.798.479	10.135.388	17.228.013
2005	105.660.938,20	R\$ 10.296,87	10.118.251	10.261.461	17.917.133
2006	110.943.985,10	R\$ 10.681,09	11.635.989	10.386.955	18.633.819
2007	116.491.184,30	R\$ 11.082,37	13.381.387	10.511.394	19.379.172
2008	122.315.743,60	R\$ 11.501,92	15.388.595	10.634.378	20.154.338
2009	129.043.109,40	R\$ 11.997,64	17.696.884	10.755.705	20.960.512
2010	136.140.480,50	R\$ 12.518,36	20.351.417	10.875.264	21.798.932

FONTE: IPARDES*, MDIC/SECEX*, IBGE, COPEL*.

* Elaboração própria com base em dados da instituição